

FACULDADE SANT'ANA

**BRUNA GOMES XAVIER
HELLYNN CHRISTINE VOSS**

**O PAPEL DA FAMÍLIA DE CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA QUE
FREQUENTAM O CREAS- ACONCHEGO**

PONTA GROSSA

2016

BRUNA GOMES XAVIER
HELLYNN CHRISTINE VOSS

**O PAPEL DA FAMÍLIA DE CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA QUE
FREQUENTAM O CREAS- ACONCHEGO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em Psicologia pela Faculdade
Sant'Ana.

Orientadora: Prof^ª. Ms. Valéria Rossi Sagaz.

PONTA GROSSA

2016



INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR SANT'ANA

FACULDADE SANT'ANA – Recredenciada pela Portaria MEC nº 1473 de 07 de Outubro de 2011.

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO SANT'ANA – Credenciado pela Portaria MEC nº 2812 de 3 de outubro de 2002

Rua Pinheiro Machado, 189 – Ponta Grossa – PR - CEP 84010-310 – (42) 3224-0301

<http://www.iessa.edu.br> - secretaria @iessa.edu.br

Rua Pinheiro Machado, nº 189 – Centro – Ponta Grossa - PR
CEP 84010-310 Fone: (0**42) 3224-0301

Ata de Defesa Final de TCC CURSO DE BACHARELADO EM PSICOLOGIA

Aos onze dias do mês de novembro, do ano de dois mil e dezesseis, no horário das dezessete horas às dezessete horas e quarenta e cinco minutos, na sala oito do Instituto de Ensino Superior Sant'Ana, foi realizada a defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso das acadêmicas Bruna Gomes Xavier e Hellynn Christine Voss, intitulado “O papel da família de crianças vítimas de violência que frequentam o CREAS Aconchego”. A Banca Examinadora, composta pelos professores Valéria Rossi Sagaz (como presidente), Beatriz de Souza, Kelly de Lara Soczek, após avaliação e deliberação, considerou o trabalho: **Aprovado**

Eu, presidente da banca, lavrei a presente ata que segue assinada por mim e demais membros:

(Presidente):

(Membro1):

(Membro2):

Dedicamos esse trabalho aos profissionais e familiares que atuam no enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes.

AGRADECIMENTOS

A realização desse trabalho só foi possível graças à colaboração de muitas pessoas:

Primeiramente a Deus, por todas as conquistas diárias.

Aos meus pais Renilda e Luciano, e padrinho Mauricio, pela oportunidade de concluir uma graduação e palavras de incentivo.

A Hellynn pelo companheirismo diante das lutas, dificuldades, mas também dos momentos felizes em que pudemos estar juntas. Pela confiança diante desse trabalho, esforço e incentivo. Uma amizade inigualável para além da vida.

Ao Jean, pelo carinho, paciência, e por estar presente diante da vida acadêmica.

A equipe do CREAS Aconchego pelo acolhimento, oportunidade de realizar este trabalho e obter experiência diante do enfrentamento as violências.

A Prof^a. Ms. Valéria Rossi Sagaz por todo conhecimento e plenitude diante das orientações, nos transmitindo tranquilidade e confiança para a conclusão desse trabalho.

Bruna Gomes Xavier

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me proporcionado subsídios para dar início ao sonho da faculdade de Psicologia e assim, poder desfrutar de todos os momentos de aprendizagem e amadurecimento durante esta jornada que me trouxe até aqui.

Agradeço aos meus pais, Sofia e Luis pelo imenso amor, apoio, dedicação e esforço para que este sonho se tornasse realidade, sempre me incentivando nos momentos de angústias e dificuldades, bem como minhas irmãs, Nicollyn e Evellyn que torceram para que este momento chegasse.

À Bruna, pelo comprometimento e responsabilidade frente às nossas obrigações acadêmicas ao longo de todos estes anos e, mais que isso, agradeço pelo ombro amigo nos momentos tristes, pelas palavras de incentivo nos momentos de desmotivação, pela companhia nos momentos alegres e em momentos onde pudemos compartilhar a felicidade, tornando essa jornada muito mais leve e prazerosa, dividindo todo o fardo nesta bela amizade que construímos para toda a vida.

Agradeço ao Paulo, que dispôs vários momentos de seu tempo para me auxiliar na conclusão deste curso, sempre ao meu lado, tornando a jornada diária mais leve e feliz, me aconselhando em diversos momentos ao longo destes anos, sempre com palavras sábias, motivadoras e iluminadas. Eternamente grata.

À equipe do CREAS Aconchego, que desde o início me acolheu bem, contribuindo significativamente em meu aprendizado e amadurecimento profissional, confiando no meu trabalho e abrindo novamente as portas quando precisei de recursos para que este trabalho fosse realizado, despertando ainda mais interesse pelo tema, tendo todo meu reconhecimento e admiração pelo trabalho realizado neste local por esta equipe.

Um agradecimento especial à nossa querida orientadora Prof^ª. Ms. Valéria Rossi Sagaz, que, além de ter transmitido um pouco de seu vasto conhecimento, nos orientou de maneira ímpar e singular, sempre disposta e atenciosa, podendo transmitir segurança e tranquilidade em relação aos nossos anseios, sempre com bom humor, carisma e empatia.

Hellynn Christine Voss

RESUMO

Este estudo é sobre o papel da família no enfrentamento das consequências da violência sexual sofrida por crianças. Esta pesquisa foi realizada no Centro de Referência Especializado em Assistência Social- CREAS Aconchego no Paraná. O problema de pesquisa foi: qual o papel da família para a superação da violência sofrida pela criança que participa do CREAS Aconchego? O objetivo geral foi pesquisar sobre o papel da família de crianças vítimas de violência sexual frequentadoras do CREAS Aconchego. Os objetivos específicos foram levantar dados estatísticos sobre a violência sexual contra a criança no CREAS Aconchego no período de julho a dezembro de 2015, investigar como os pais reagem frente à descoberta da violência sexual contra seu (sua) filho (a), pesquisar como os familiares das crianças que frequentam o CREAS Aconchego as auxiliam na superação da violência sofrida, estudar a importância do atendimento psicológico no CREAS para crianças que sofreram violência e suas mães. Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa. Houve a participação de somente uma mãe de criança que foi abusada sexualmente e que frequenta o CREAS Aconchego, devido a recusa das demais. A coleta de dados foi por meio de pesquisa documental e entrevista semiestruturada. A análise dos resultados utilizou o método estatístico e gráficos, e análise de conteúdo elencando-se categorias. Os resultados demonstram que de julho a dezembro de 2015, cinco crianças e adolescentes do sexo masculino sofreram violência sexual, e onze do sexo feminino, e que suas famílias possuem dificuldade em falar sobre a violência sofrida por seus filhos, mas as auxiliam na superação das consequências da violência sofrida dando suporte emocional e procurando recursos como o atendimento psicológico no CREAS, considerado importante pela família.

Palavras-chave: Família. Violência Sexual infantil. CREAS Aconchego. Atendimento psicológico.

ABSTRACT

This study is about the role of the family in coping with the consequences of sexual violence suffered by children. This research was conducted in the Specialized Reference Center for Social-assistance CREAS Aconchego Parana. The research problem was: what is the role of the family to overcome the violence suffered by children participating in the CREAS Aconchego? The overall aim was to investigate the role of family child victims of sexual violence frequenters of CREAS Aconchego. The specific objectives were to raise statistical data on sexual violence against children in CREAS Aconchego the period July to December 2015, to investigate how parents react against the discovery of sexual violence against his (her) son (a) search as families of children attending CREAS Aconchego the help in overcoming the violence suffered, to study the importance of psychological care in CREAS for children who have experienced violence and their mothers. This research is characterized as qualitative-quantitative. There was attended by only mother of a child who has been sexually abused and who attends the CREAS Aconchego due to refusal of others. Data collection was through documentary research and semi-structured interview. The analysis used the statistical method and graphics, and content analysis up categories. The results show that from July to December 2015, five children and adolescent males experienced sexual violence, and eleven female, and that their families have difficulty talking about the violence suffered by their children, but help in overcoming consequences of the violence suffered by giving emotional support and looking for resources such as psychological care in CREAS, considered important for the family.

Keywords: Family. Sexual violence child. CREAS Aconchego. Psychological support.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 – Ações Previstas no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil – Eixo Atendimento.....	14
FIGURA 1 – Fluxograma de encaminhamento.....	25
GRÁFICO 1- Origem dos encaminhamentos das famílias ao CREAS Aconchego...	24
GRÁFICO 2 – Tipos de violência distribuídos por faixa etária.....	26
GRÁFICO 3 – Tipos de violência distribuídos por faixa etária.....	26

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CPMI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
CP	Código Penal
CPP	Código de Processo Penal
CT	Conselho Tutelar
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
MP	Ministério Público
PJ	Poder Judiciário
SGD	Sistema De Garantia De Direitos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1 O CREAS	13
2.2 TIPOS DE VIOLÊNCIA.....	16
2.2.1 Violência psicológica	16
2.2.2 Violência física	16
2.2.3 Negligência.....	17
2.3 CONCEITO DE FAMÍLIA.....	20
3 METODOLOGIA	22
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	24
4.1 ANÁLISE E DISCUSSÃO QUANTITATIVA DOS RESULTADOS	24
4.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO QUALITATIVA DOS RESULTADOS.....	27
4.2.1 Reação da mãe frente à descoberta da violência sofrida pela filha.....	27
4.2.2 O papel da família frente à violência sofrida pelo(a) filho(a).....	28
4.2.3 Atendimento psicológico no CREAS	29
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS.....	32
APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA	36
ANEXO- A TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL	38
ANEXO-B APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA VIA PLATAFORMA BRASIL....	45
ANEXO C- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	45

1 INTRODUÇÃO

O interesse por pesquisar sobre o papel da família de crianças vítimas de abuso sexual surgiu devido experiências laborais no CREAS Aconchego, PR. Além do mais, este é um tema polêmico e atual na sociedade, com manifestações da população como as mobilizações do Dia Nacional De Combate À Exploração Sexual Infantil em 18 de maio.

A violência sexual se caracteriza quando a criança ou adolescente em formação é usado para satisfazer desejos sexuais de indivíduos geralmente mais velhos com atos abusivos, envolvendo exploração ou vitimização de qualquer criança por um adulto, podendo ser membro familiar ou não.

Quanto ao conceito de família, Doron e Parot (2001 apud MACHADO, 2012) definem família como um grupo de pessoas que são unidos pelos seus laços, sendo eles atores do desenvolvimento psíquico da criança.

Com a finalidade de auxiliar as famílias e as crianças vítimas de abuso sexual foram criados os Centros de Referência Especializados em Assistência Social- CREAS. O CREAS se define como uma unidade de serviço para a população seja ela criança, adolescente, adulto, idoso, mulheres e famílias onde tiveram seus direitos violados.

Refletindo sobre a temática da violência sexual contra as crianças, sobre as suas famílias sobre os serviços destinados a essa população surgiu o problema desta pesquisa: Qual o papel da família para a superação da violência sexual sofrida pela criança que participa do CREAS Aconchego?

O objetivo geral deste estudo foi pesquisar sobre o papel da família de crianças vítimas de violência sexual frequentadoras do CREAS Aconchego. Os objetivos específicos foram: levantar dados estatísticos sobre a violência sexual contra as crianças no CREAS Aconchego no período de Julho/2015 à Dezembro/2015, investigar como os pais reagem frente à descoberta da violência sexual contra seu (sua) filho (a), pesquisar como os familiares das crianças que frequentam o CREAS Aconchego as auxiliam na superação da violência sofrida, estudar sobre a importância do atendimento psicológico no CREAS Aconchego para as crianças que sofreram violência sexual e para as suas mães.

Esta pesquisa foi realizada no Centro de Referência Especializado em Assistência Social CREAS Aconchego. A participante desta pesquisa foi uma mãe de criança que frequenta o CREAS Aconchego.

Esta pesquisa caracteriza-se como quali-quantitativa. A coleta de dados quantitativos foi por meio de pesquisa documental e dados qualitativos por meio da entrevista semiestruturada. A análise dos resultados quantitativos utilizou-se do método estatístico com realização de gráficos e a análise qualitativa pelo método da análise de conteúdo, articulando-se com a teoria.

A meta desta pesquisa foi contribuir para os estudos da temática família e enfrentamento das consequências da violência sexual contra crianças.

Na seção dois apresentamos a fundamentação teórica, na seção três a metodologia, na seção quatro a análise e discussão dos resultados, e as considerações finais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O CREAS

Na nossa sociedade há alguns serviços públicos que se destinam a atender as crianças vítimas de todos os tipos de violência, a seguir apresentamos um desses serviços, o CREAS.

O CREAS é um Centro de Referência Especializado em Assistência Social, uma unidade pública que oferta serviço especializado a toda população seja ela municipal ou regional segundo a lei nº 12.435/2011¹, atendendo crianças, adolescentes, adultos, idosos, mulheres e famílias com um ou mais membros em situação de risco pessoal e social ou que tenha seus direitos violados. (BRASÍLIA, 2011).

O CREAS Aconchego, unidade da cidade de Castro-PR foi fundado no ano de 2001, e está vinculado à Secretaria Municipal de Planejamento/Departamento da Criança e do Adolescente, e atua em parceria com Conselho Tutelar e demais órgãos atuantes na proteção à criança e ao adolescente dentro do município buscando oferecer acolhimento e fortalecimento de vínculo aos seus frequentadores, no intuito de promover a reconstrução de relações familiares.

A equipe do CREAS Aconchego é composta por uma coordenadora, duas psicólogas, duas assistentes sociais, uma advogada, uma orientadora social, uma auxiliar administrativa, uma cozinheira, uma auxiliar de serviços gerais e cinco estagiárias (Serviço Social, Psicologia e Administrativo).

Dentre os vários serviços prestados pelo CREAS Aconchego, citamos: acompanhamento, orientação e apoio às crianças e adolescentes e às suas famílias; avaliação individual dos casos atendidos para o acompanhamento da evolução social e familiar; atendimento psicossocial às crianças e adolescentes vitimadas pela violência, através de grupos de apoio; visitas domiciliares para conhecimento da realidade das crianças e dos adolescentes atendidos e de suas famílias; encaminhamento e acompanhamento das crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual em programas e serviços nas áreas de assistência social, de saúde, de educação, de trabalho, de justiça e segurança, de esporte, cultura e lazer, e projetos comunitários.

¹ A lei nº 12.435/2011 dispõe sobre a organização da Assistência Social. (BRASÍLIA, 2011)

Os casos encaminhados ao CREAS Aconchego são do Conselho Tutelar, do Ministério Público, do Poder Judiciário, que são órgãos de defesa de direitos, também da Delegacia de Polícia em parceria com Secretarias Municipais, como a Secretaria da Criança e Desenvolvimento, para que haja atendimento à demanda. (BRASÍLIA, 2011).

O CREAS atua dentro do Sistema de Garantia de Direitos² e fazendo parte da Rede de Proteção à criança e ao adolescente. A rede de proteção busca contribuir para que ocorra a redução da violência contra a criança e o adolescente. (LAVORATTI, 2013).

Já o Sistema de Garantia de Direitos- SGD é baseado em alguns eixos, com objetivos que se trata de análise da situação, mobilização e articulação, defesa responsabilização, atendimento, prevenção e protagonismo infanto-juvenil, constituídos por órgãos públicos que garantam os direitos da criança e do adolescente. (BRASIL, 2001 apud LAVORATTI, 2013) No eixo de atendimento é onde se encaixam os CREAS.

QUADRO 1 - Ações Previstas no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil – Eixo Atendimento.

ATENDIMENTO		
Objetivos	Ações Previstas	Metas Realizadas
1. Garantir a proteção integral e a prioridade absoluta às crianças e aos adolescentes em situação de violência	1.1 Garantia de atendimento integral e especializado às crianças e aos adolescentes em situação de violência	Implantado o Programa Sentinela em 1.300 municípios. Coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social no âmbito da Política Nacional de Assistência Social; Implantado o Programa de Ações Referenciais e Integradas de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (Pair). Programa viabilizado pela parceria das agências USAID/Partners, Secretaria Especial de Direitos Humanos e Ministério de Desenvolvimento Social (SEDH/MDS);
2. Intervir junto a famílias que vivem situações de violência sexual.	Informação, orientação e apoio a famílias envolvidas em situações de violência sexual	
3. Promover capacitação, teórica e metodológica a profissionais agentes que atuam em programas de atendimento.	2.1 Capacitação continuada de profissionais e agentes, a partir de experiências nacionais e internacionais avaliadas e sistematizadas.	• Construída e aplicada a Matriz Pedagógica de Capacitação dos atores sociais e do Sistema de Garantia de Direitos, com a capacitação de 1.365 operadores das redes locais em seis estados inseridos no Programa PAIR.

FONTE: (O processo de Revisão do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil - Relatórios do Monitoramento 2003-2004 e 2007-2008 apud LAVORATTI, 2013, p. 100)

²O SGD se trata da articulação da rede que é composta por instituições sejam elas públicas ou não para que sejam aplicados instrumentos com normas para que ocorra a garantia e direitos dentro dos três eixos em que é composto, sendo de promoção, controle e defesa. (Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2010)

Para Santos (2011), quando ocorre abuso ou exploração sexual³, o encaminhamento dessa criança ou adolescente deve ser para os atendimentos médicos, psicossocial e jurídico como forma terciária de prevenção⁴ para que não venha a ocorrer mais vezes essa violência e para que tenha consequências menos danosas a essa vítima.

O atendimento médico, jurídico e psicossocial tornou-se um direito para as crianças e os adolescentes, e deixou de ser algo específico do âmbito jurídico para então ser substituída pela proteção integral. Passando a ter visão sobre o Estado como união de sociedade política e sociedade civil organizada onde se enquadram os movimentos sociais e ONGs, gerando políticas sociais para a abordagem com crianças e adolescentes, pois é um direito delas e dever do Estado. (SANTOS, 2011).

Sobre a proteção das crianças e adolescentes e sobre o trabalho em rede o autor SANTOS (2011, p.160) afirma que:

O movimento social tem reconhecido o potencial do trabalho em rede para o alcance de uma atuação mais abrangente, multidisciplinar e orientada por um conjunto de instituições que têm o mesmo foco temático na consecução da política de atendimento aos direitos de crianças e adolescentes.

Cada município deve conter o seu fluxo de atendimento e rede de proteção, devido a algumas cidades, principalmente do interior, não possuírem um CREAS no seu município, o que altera o fluxo.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA (BRASIL, 1990) todos devemos prevenir para que não ocorra violação dos direitos da criança ou adolescente, sendo ela em forma de omissão, seja pela sociedade ou pelo Estado, ou abuso por parte do pai ou responsável. O ECA (BRASIL, 1990), em seu artigo 101, explica as medidas protetivas que poderão ocorrer em caso de violência contra crianças e adolescentes:

Art. 101. Verificar qualquer das hipóteses previstas no Art. 98⁵, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:
 II - orientação, apoio e acompanhamento temporários;
 IV – inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, criança e ao adolescente;
 V – requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;

³ Exploração sexual pode ser compreendida pelo ato sexual como um comércio. (SANTOS, 2011)

⁴ A forma terciária de prevenção se caracteriza pelo acompanhamento integral de crianças e adolescentes em situação de violência sexual. (SANTOS, 2011)

⁵ O Art. 98 dispõe de medidas protetivas sempre que a criança ou adolescente tiverem seus direitos violados. (BRASIL, 1990)

VII – abrigo em entidade;
VIII – colocação em família substituta.

Assim, de acordo com o ECA (BRASIL, 1990), a sociedade deve contribuir para a proteção das crianças em situação de violência. No próximo tópico apresentamos os tipos de violência contra crianças e adolescentes.

2.2 TIPOS DE VIOLÊNCIA

Os tipos de violência contra as crianças e adolescentes são: violência psicológica, violência física, negligência e violência sexual.

2.2.1 Violência psicológica

A violência psicológica se refere aos maus tratos emocionais severos e contínuos ao desenvolvimento emocional da criança e do adolescente, podendo transmitir a ideia de que ela só tem valor quando satisfaz as necessidades de outra pessoa, caso contrário ela é inútil. (SANDERSON, 2005).

Minayo (2001) afirma que a violência psicológica é uma interferência negativa e destrutiva do adulto sobre a criança, podendo impedi-la de conviver com outras pessoas, ignorando e rejeitando a criança, levando a desenvolver um comportamento anti-social e uma autoimagem negativa.

Segundo a autora citada acima, a violência psicológica se constitui de “[...] agressões verbais ou gestuais com o objetivo de aterrorizar, rejeitar, humilhar a vítima, restringir-lhe a liberdade ou, ainda, isolá-la do convívio social. Indica também a rejeição de pessoas, na inter-relação” (MINAYO, 2001, p. 39). Muitas vezes, a violência psicológica pode evoluir para outros tipos de violência, como a violência física.

2.2.2 Violência física

A violência física é considerado o tipo de violência mais aceito pela sociedade, pois diante das demais violências, esta é a que menos causa impacto nas pessoas, e isso se dá pela cultura da própria sociedade que é transmitida de geração a geração. (ALMEIDA, 2010).

É caracterizada pelo uso da força física na relação com a criança ou o adolescente por parte do responsável pelo mesmo, que busca, de maneira desigual,

exercer uma função de poder e disciplina com o objetivo ou não de ferir, muitas vezes deixando marcas visíveis, como queimaduras, hematomas, equimoses, fraturas e contusões. (SACRAMENTO; REZENDE, 2006).

Souza, Florio e Kawamoto (2001, p.17) definem a violência física doméstica como "dano físico não acidental provocado pelos atos de omissões dos pais ou responsáveis que quebram os padrões de cuidados com a criança, determinados pela comunidade."

Quanto as consequências da violência física, como o espancamento, Costa et al. (2007) relata que à longo prazo podem levar a vítima a desenvolver comportamentos violentos, podendo assumir a posição de agressor, e transmitindo para sua próxima geração. As consequências do espancamento à curto prazo podem ocasionar incapacidades mentais e físicas, e muitas vezes, óbito. Em alguns casos, a violência física está muito próxima da negligência, pois envolve a falta de cuidados com o outro.

2.2.3 Negligência

Segundo o dicionário Aurélio (2004, p. 1393), a definição da palavra negligencia é descrita como descuido, desleixo e desatenção.

Há negligência quando existe falta de cuidados, resultando na ausência de diligência, o fato da família se omitir em usufruir das necessidades físicas e emocionais à criança ou adolescente. Diferente de ser visto como sendo um termo moral, a negligência traz consigo representações negativas e preconceituosas a respeito de um perfil estereotipado. Caracteriza-se na atitude dos pais quando falham em prover de necessidades básicas à seus filhos, como alimentação e vestimentas, medicação e educação, e provocando acidentes. (AZEVEDO E GUERRA, 1998 apud AZEVEDO, 2005).

Vale ressaltar que crianças e adolescentes ainda são imaturos para enfrentar sem o auxílio dos responsáveis, os entraves impostos pelo ambiente, neste caso, podendo ocasionar danos físicos, psicológicos e emocionais, que podem ser graves ou moderados, de acordo com Souza, Florio e Kawamoto (2001). "A negligência implica situações em que houve falha na promoção de cuidados básicos, como com relação à alimentação, educação, saúde, amparo emocional" (DAY, 2003 apud SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2013, p. 199).

Negligência não é um termo referido no Código Penal, porém pode ser utilizado os termos de abandono ou maus-tratos. (SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2013).

O abandono, juridicamente, é definido, no artigo 133 do Código Penal, como o ato de “abandonar pessoa que está sob seu cuidado, guarda, vigilância ou autoridade, e, por qualquer motivo, incapaz de defender-se dos riscos resultantes do abandono”. No Código Penal estão tipificados crime de abandono material (art. 244, CP), maus-tratos (art. 136) e abandono intelectual (art. 246). (SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2013, p. 199).

A negligência dos pais e/ou responsáveis contribui para que as crianças e adolescentes fiquem mais vulneráveis a riscos, pelo fato de não estarem recebendo os cuidados e a proteção necessária. Com isso, eles ficam suscetíveis a outras violências sem conhecimento dos pais e/ou responsáveis, como por exemplo, à violência sexual, sobre a qual trataremos a seguir.

2.2.4 Violência sexual

Iniciaremos apresentando o histórico da violência sexual, visto que esta pesquisa contempla este tema.

De acordo com DeMause (1976, 1991, 1993, 1998, 2002 apud SANDERSON, 2005) a violência sexual em alguns países eram práticas sexuais comuns, principalmente em países como a Índia, onde o incesto era muito natural, e as crianças dormiam muitas vezes na mesma cama que os pais e presenciavam relações sexuais. Outro fato frequente eram os casamentos entre uma criança vendida, com um rapaz mais velho. Fato esse bastante habitual em países asiáticos seja ele o incesto, onde muitas da vezes após a morte da mãe o pai casava-se com a filha, ou práticas sexuais com crianças que eram vistas como escravas ou vendidas para serem prostitutas.

No Brasil, a violência sexual contra crianças e adolescentes começou a ser discutida a partir do momento em que houve movimento político e social, e teve formulações importantes como a criação a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 onde foram criadas normas, fazendo com que a população passasse ao longo dos anos a realizar denúncias, sendo essa ainda a maneira eficaz contra esses casos gerando luta por direitos humanos. (SANDERSON, 2005).

Ocorreu elaboração de políticas públicas no Brasil, ECA (1990) e Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI)⁶ promovendo ações que deram visibilidade ao fenômeno por meio de estudos, pesquisas e mapeamentos, gerando o Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual Infanto-Juvenil no ano de 2000 que prevê a criação, fortalecimento, e ações de proteção em situações de risco ou violência sexual. (SANTOS, 2011).

A CPMI (2013) também ofereceu sugestões para que pudesse haver melhoras nas políticas públicas dentro da área da infância e adolescência e até mesmo maneiras para garantir os direitos das vítimas, acrescentando então alterações no Código Penal (CP), do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), do Código de Processo Penal (CPP) e da Lei de Crimes Hediondos. (FIGUEIREDO; BOCHI, 2003).

Quanto à definição de violência sexual, Sanderson (2005) explica ser importante considerar a cultura e o período histórico, como citado anteriormente.

Ocorre violência sexual quando a criança ou adolescente é usado para satisfazer desejos sexuais de indivíduos geralmente mais velhos, os quais possuem um estado de desenvolvimento psicossocial mais adiantado, que praticam esse ato sem consentimento.

De acordo com o autor Hasbigzang et al., (2005 apud SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2013, p. 197) “Estas interações sexuais são impostas às crianças ou aos adolescentes pela violência física, ameaças ou indução de sua vontade”

A violência sexual se dá pelo fato da criança ou do adolescente não ter condições maturacionais, biológicas e psicológicas para o ato sexual e um envolvimento emocional, tratando-se assim, de um cenário prejudicial psicologicamente. A violência sexual produz referências falsas sobre sexo e sexualidade, trazendo uma relação de poder desigual.

Embora de incidência menor do que a violência física, a violência sexual é um problema de difícil abordagem pelas políticas públicas. Devido à complexidade da situação do abuso e a possíveis repercussões dos casos, há necessidade de uma ampla gama de serviços a serem acionados, bem como a qualificação desses para atender às demandas das vítimas. Tais fatores devem ser levados em consideração quando do estabelecimento de estratégias de enfrentamento. (SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2013, p. 198)

⁶ A CPMI investiga situações de violência e denúncias por parte do poder público para proteção das pessoas em situação de violência. (BRASÍLIA, 2013)

Muitas vítimas não relatam a violência sofrida e para Drezett (2000 apud INOUE; RISTUM, 2008), e a não denúncia pode ter ligação com fatores como o constrangimento por parte da vítima, medo, seja ele de ser humilhado e de não ser compreendido pelos familiares, os quais desempenham um papel muito importante durante o processo de enfrentamento da violência e também na constituição do indivíduo.

2.3 CONCEITO DE FAMÍLIA

Presente em todos os lugares, a família caracteriza um dos primeiros ambientes onde o indivíduo socializa, atuando como modelo, referência e influências culturais na vida do sujeito, sendo visto como a responsável pela transmissão de crenças, valores e significados, visando também, assegurar a continuidade e o bem estar da criança. (AMAZONAS, et al., 2003; KREPPNER, 1992, 2000 apud DESSEN, 2007).

E é por meio do convívio familiar que se efetivam as transformações nas sociedades que, no que lhe concerne, inspirarão as relações familiares futuras, caracterizando-se por um processo de influências bidirecionais entre membros familiares e seus diferentes ambientes que compõe os sistemas sociais. (DESSEN, 2007).

Segundo Kaloustian (1988 apud CASARIN, 2007), a família é essencial para a segurança integral dos filhos, independentemente da estrutura familiar. É a família que oportuniza a edificação dos laços afetivos e o conteúdo das necessidades no desenvolvimento dos filhos. Ela executa um papel decisório na socialização. É na família que são absorvidos os primeiros saberes, e onde se aprofundam os laços de solidariedade.

As habilidades sociais de uma criança normalmente são desenvolvidas no âmbito familiar e têm repercussões em outros ambientes em que o mesmo integra, acionando aspectos positivos ou negativos. (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2001).

Os repertórios comportamentais são formados a partir das experiências familiares e acontecimentos, vivências e ações e resoluções de problemas com significado particular e universais. As vivências integram a experiência tanto coletiva, como individual que organiza, tornando uma unidade dinâmica, podendo assim, estruturar as formas de interação social. (RABECINI, 2015).

Portanto, a família desempenha funções que irão influenciar o desenvolvimento de um indivíduo e conflitos, rompimentos e insatisfações podem gerar problemas futuros, particularmente nas crianças. Por outro lado, relações satisfatórias e felizes entre as pessoas deste meio, poderão proporcionar à criança segurança e apoio, ajudando-a a superar com menos dificuldades as adversidades da vida, como a superação de traumas (DESSEN& BRAZ, 2005).

Tratando-se de superação de traumas, Hawley e DeHann (1996 apud YUNES; SZYMANSKI, 2007) alegam que a superação em família retrata o percurso da família no sentido de sua reação e enfrentamento das situações de estresse, tanto a curto, como a longo prazo. Tendo famílias “resilientes” respondendo positivamente a estas circunstâncias de maneira ímpar, dependendo da conjuntura, grau de envolvimento e de proteção.

Na esfera familiar, o sujeito vivencia inúmeras experiências genuínas em termos de afeto, raiva, dor, medo e outras emoções, que promoverão um aprendizado fundamental para sua atuação futura. Deste modo, a família é responsável pelas consequências no aspecto emocional e na construção de sua identidade, tal qual servirá de espelho para as gerações futuras. (PRATTA & SANTOS, 2007).

Scabini (1992 apud PRATTA E SANTOS, 2007, p. 251) destaca que:

[...] A manutenção da saúde familiar não depende apenas da capacidade de superação das crises, mas também da boa qualidade das relações entre os membros da família e da boa qualidade das trocas familiares com o meio social no qual está inserida.

Portanto, as relações familiares que contemplam compreensão, apoio e principalmente amor, facilitarão as relações interpessoais também fora do contexto familiar e a superação das adversidades, promovendo bem-estar psicológico. sobre isto, Wagner et al. (1999) afirma que "os aspectos relacionados ao bem-estar psicológico da criança sofrem invariavelmente, e de forma preponderante, influências das diversas situações que o indivíduo vivencia em sua família."

Na próxima seção descrevemos a metodologia desta pesquisa.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como qualiquantitativa e exploratória.

A pesquisa qualitativa se enquadra dentro de um processo social e com visão empática e obtém aspectos que não podem ser quantificados. A pesquisa quantitativa para Fonseca (2002 apud GERHARDT, SILVEIRA, 2009) trabalha com resultados que podem ser quantificados e é centrado na objetividade para descrever os resultados.

Como procedimentos deste estudo submeteu-se o projeto de pesquisa ao comitê de ética via Plataforma Brasil; solicitou-se por escrito a autorização institucional (anexo A) para a realização desta pesquisa, após a aprovação do comitê de ética (anexo B) apresentou-se o TCLE- termo de consentimento livre e esclarecido (anexo C) à participante. Os participantes desta pesquisa inicialmente seriam três mães que frequentam o único grupo no CREAS Aconchego, mas devido a recusa de algumas mães obtivemos apenas uma mãe participante.

Os critérios de seleção foram:

- a) mães de crianças que sofreram violência sexual;
- b) mães que participam do grupo do CREAS Aconchego.

A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa documental, sendo uma forma de investigação tendo como base documentos sejam eles escritos, impressos, filmes, fotos, etc. que tragam alguma informação ao pesquisador e pesquisa de campo que busca coleta de dados junto as pessoas, onde irão através da fala expor sua vivência. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Os instrumentos de coleta de dados desta pesquisa foram os documentos, encaminhamentos, relatórios e prontuários do CREAS Aconchego para o levantamento estatístico, e a entrevista semiestruturada para os dados qualitativos.

A entrevista semi-estruturada também conhecida por entrevista semi-aberta se caracteriza pela “formulação de perguntas que seriam básicas para o tema a ser investigado (...) tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa.” (MANZINI, 2004, p. 2).

A entrevista foi feita individualmente, um dos pesquisadores leu as questões junto ao entrevistado, e o outro fez as anotações por escrito. O tempo para a realização da entrevista foi livre. O método de análise dos resultados quantitativos

foi o estatístico, com elaboração de gráficos. Para a análise qualitativa utilizou-se o método de análise de conteúdo que segundo MAZINI (2004), a análise de conteúdo interpreta o conteúdo a partir de um texto ou documento, buscando interpretação de mensagem para então se ter compreensão elencada a teoria.

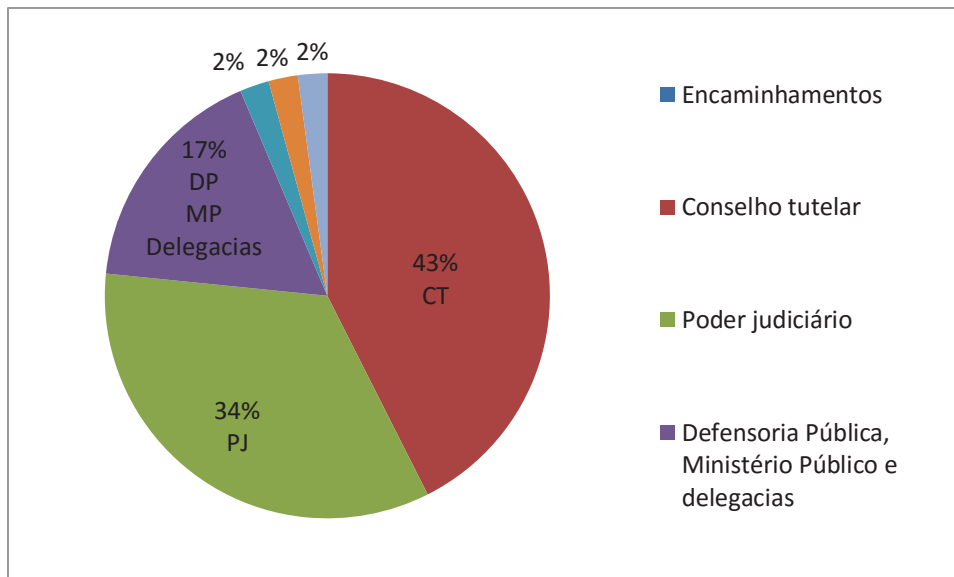
Na próxima seção apresentamos a análise e discussão dos resultados.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 ANÁLISE E DISCUSSÃO QUANTITATIVA DOS RESULTADOS

Os resultados quantitativos levantados por meio de pesquisa documental nos relatórios quantitativos de encaminhamentos mensais do CREAS Aconchego, PR, possibilitou a realização dos gráficos no que se refere à origem dos encaminhamentos ao CREAS Aconchego, no período de Julho a Dezembro de 2015, num total de seis relatórios, sendo um referente a cada mês.

GRÁFICO 1 - Origem dos encaminhamentos das famílias ao CREAS⁷ Aconchego.



FONTE: Relatórios quantitativos de encaminhamentos mensais do CREAS Aconchego. Elaborado pelas pesquisadoras.

O gráfico nos permite observar que o maior número de encaminhamentos para o CREAS Aconchego provém do Conselho Tutelar, 43%, em seguida o Poder Judiciário com 34%, e em terceiro lugar as Delegacias e Ministério Público com 17%, os outros 6% distribuídos em três categorias, representam a saúde, Proteção Social Especial e Proteção Social Básica.

Como demonstra o fluxograma na figura 1, as notificações de violência contra crianças⁸ e adolescentes⁹, em primeira instancia chegam para o Conselho

⁷ O arquivo do CREAS Aconchego não dispõe de dados referentes aos meses de setembro e outubro.

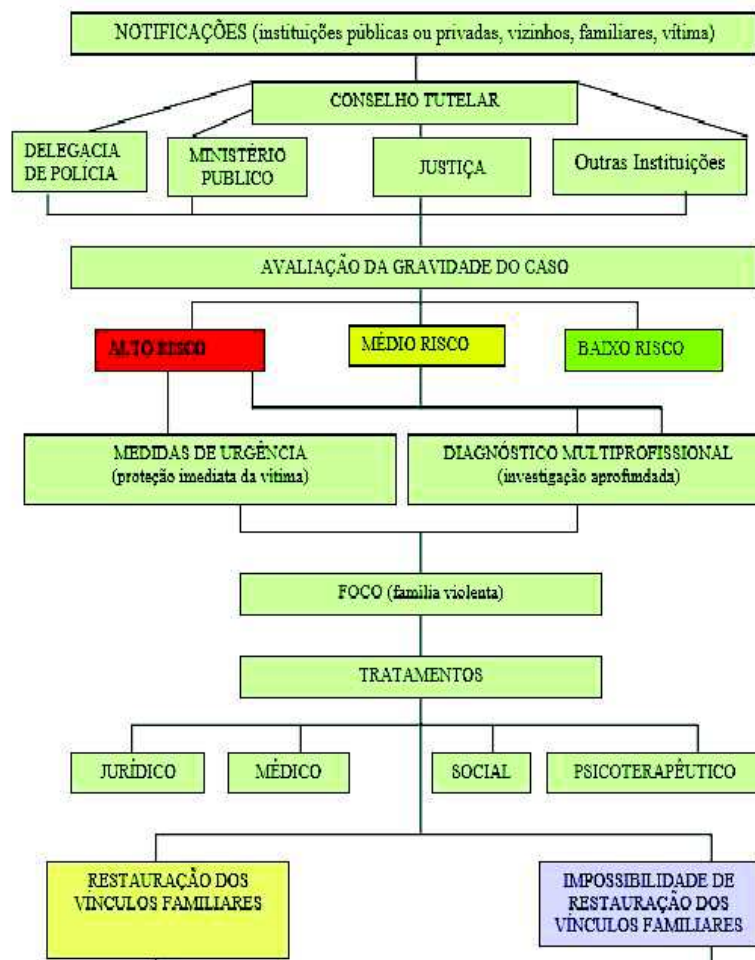
⁸ O termo "criança" é utilizado para definição de pessoas com idade até 12 anos. (BRASIL, 1990)

⁹ Pessoas com faixa etária de 12 a 18 anos. (BRASIL, 1990)

Tutelar, que então fará o devido encaminhamento para a rede de proteção, por isso, a maioria dos casos que chegam até o CREAS, são por meio do Conselho Tutelar, ou casos que o Conselho Tutelar encaminha para outros órgãos do sistema de garantia de direitos e chegam ao CREAS devido ser uma instituição social com enfoque de atender as vítimas e familiares para restauração de vínculos familiares.

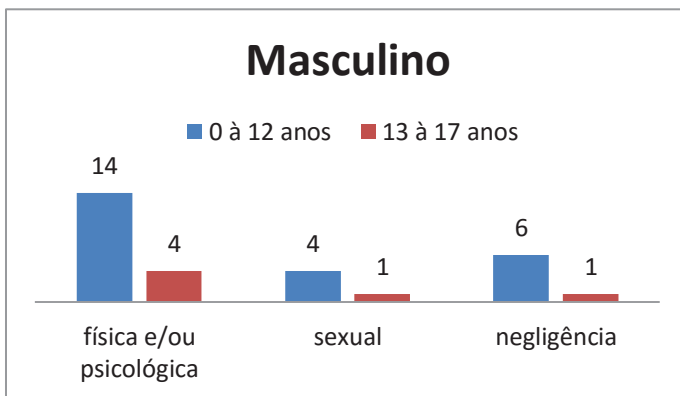
No que se refere a incidência dos tipos de violência no CREAS Aconchego quanto a faixa etária e sexo, apresentamos os resultados no gráfico 2.

FIGURA 1 - Fluxograma de encaminhamento.



FONTE: (AZEVEDO; GUERRA, 2000 apud LAVORATTI, 2013, p. 83)

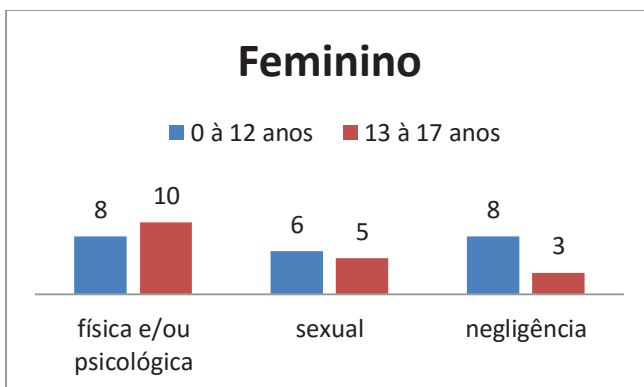
GRÁFICO 2- Tipos de violência distribuídos por faixa etária no gênero masculino.¹⁰



FONTE: Relatórios quantitativos de encaminhamentos mensais do CREAS Aconchego. Elaborado pelas pesquisadoras.

No gráfico acima, no período de Julho/2015 a Dezembro/2015 no CREAS Aconchego, numa amostra de 24 meninos de 0-12 anos e seis adolescentes de 13 a 17 anos, os resultados estatísticos revelam que todos os tipos de violência tiveram maior incidência entre meninos de 0 a 12 anos, com maior número de registros de violência física e/ou psicológica, (seguido com maior registro nos casos de negligência).

GRÁFICO 3 - Tipos de violência distribuídos por faixa etária no sexo feminino.



FONTE: Relatórios quantitativos de encaminhamentos mensais do CREAS Aconchego. Elaborado pelas pesquisadoras.

No gráfico acima sobre os tipos de violência em crianças e adolescentes do sexo feminino do CREAS Aconchego no período de Julho/2015 a Dezembro/2015, os resultados demonstram que apenas nas violências física e/ou psicológica o número foi maior em adolescentes de 13 a 17 anos, já nas violências sexual e na

¹⁰ No CREAS- Aconchego as violências física e psicológica são enquadradas no mesmo campo.

negligência o maior índice foi em crianças de 0 a 12 anos, com maior número de casos de negligência e violência física e/ou psicológica entre as crianças.

Os resultados no gráfico 3 apontam o número de casos referente a uma amostra de 22 meninas de 0-12 anos, e 18 adolescentes de 13 a 17 anos.

Os resultados revelam que a violência física e/ou psicológica tem maior incidência entre meninos de 0-12 anos e em adolescentes de 13 a 17 anos, na violência sexual a incidência é maior de 0 a 12 anos e de 13 a 17 anos no sexo feminino e quanto a negligência, o maior número de casos é entre crianças de 0 a 12 anos, independente do sexo.

Como consta no Plano Decenal¹¹, as violências com maiores índices no estado do Paraná foram respectivamente a violência física, seguida da sexual e psicológica, bem como apontam os dados do CREAS Aconchego, há também o fato de que muitas vezes as violências física e psicológica estão interligadas. (SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2013).

Segundo Santos (2011), em um período de 2003 a 2010 aumentou 683% o número de denúncias realizadas pelo disque-denúncia 100, obtendo na primeira colocação denúncias de violência sexual, seguidas da física e psicológica, e por último a negligência. Tendo o incesto como a forma mais comum ocorrida dentre os casos de violência sexual, é possível perceber que, muitas vezes, a violência ocorre dentro da própria casa, com a própria família, local onde acredita-se ser o gerador de segurança do indivíduo.

4.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO QUALITATIVA DOS RESULTADOS

No que se refere aos resultados da entrevista, por meio da análise de conteúdo elencamos três categorias de análise, a seguir.

4.2.1 Reação da mãe frente à descoberta da violência sofrida pela filha

A mãe participante desta pesquisa, que denominamos de M1 explica o que sentiu diante da descoberta da violência sofrida pela sua filha de oito anos.

Fiquei louca, foi um misto de emoções, fiquei brava com ele e agredi o agressor, fiquei brava com ela também por não ter contado (sic).

¹¹ Plano Decenal visa a garantia de direitos através de ações e metas estabelecidas por diversas áreas do governo. (BRASIL, SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS; SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 2010)

Esta mãe, M1, desconfiou do comportamento da filha de tomar banho várias vezes ao dia e após encontrar resquícios de sêmen na calcinha dela concluiu que tratava-se de abuso sexual.

A descoberta das mães sobre o abuso sexual de suas crianças não ocorre como um evento, mas como um processo, no qual as mães precisam juntar, numa espécie de quebra-cabeça, um conjunto de fatos, pressentimentos e fragmentos do que veem e escutam de suas crianças. (PLUMMER, 2006 apud SANTOS; DELL'AGLIO, 2010, p. 330)

Segundo Berliner & Conte (1995 apud SANTOS; DELL'AGLIO, 2010) muitas vezes a revelação da violência sofrida pela criança pode ter ligação a qualidade da relação que tem estabelecida com a pessoa para quem irá contar e ao modo como ela acha que a pessoa irá pensar ao receber a notícia.

O receio em contar as experiências de abuso pode estar associado ao medo da rejeição familiar, ao fato da família não acreditar em seu relato, ao medo de perder os pais ou ser expulso de casa, de ser o causador da discórdia familiar ou, ainda, à falta de informação ou consciência sobre o que é abuso sexual (AZEVEDO, 2001; CRISMA, BASCELLI, PACI, & ROMITO, 2004 apud SANTOS; DELL'AGLIO, 2010, P. 330).

O fato da criança e/ou adolescente não contar sobre o abuso sofrido geralmente se deve às ameaças do abusador para com a vítima como cita Faleiros (2003 apud SANTOS; DELL'AGLIO, 2010) sobre o pacto de silêncio estabelecido, fato esse que acaba impedindo a revelação da violência e fazendo com que a vítima negue os indícios e evidências, como no caso dessa vítima deste estudo, onde o abusador dava doces e ordenava para que a criança não contasse a ninguém, pois seria “um segredo entre eles”.

A violência sexual pode ser uma questão de oportunidade, já que muitas vezes o agressor faz parte da família, ou mora nas proximidades, o que facilita o contato com a vítima, e dificulta a suspeita de violência. (AZEVEDO; GUERRA, 1988 apud PAULA, 2011).

4.2.2 O papel da família frente à violência sofrida pelo(a) filho(a)

Quanto ao papel da família frente à violência sofrida, o ser humano em sua infância, precisa de alguém que o eduque e o crie, defenda e ampare, resguardando seus interesses e seus bens. As pessoas normalmente indicadas para tal função são os pais, aos mesmos confere o poder familiar (GONÇALVES, 2008).

Hershkowitz et al. (2007 apud FERREIRA, 2005) cita que a reação das mães pode contribuir para amenizar os efeitos da violência cometida aos seus filhos.

Como aparece na fala de M1 quando perguntado a respeito do papel da família para ajudar a filha, sendo objetiva, como na categoria anterior respondendo somente a frase a seguir:

Conversar, sair para distrair, aconselhar (sic).

Devido a isso percebe-se a importância do acompanhamento no CREAS Aconchego não somente das vítimas, mas também dos familiares. Devido ao familiar entrevistado ser a mãe da vítima, Paula (2011) afirma que o papel da mãe é fundamental, uma vez que a maioria dos casos de denúncia são realizados por elas. “As mães, portanto, revelam ser as grandes protagonistas quando se trata de tomar as medidas de proteção para os filhos.” (PAULA, 2011, p. 41)

As estratégias para a superação do abuso sexual adotadas pela família constituem-se nos recursos utilizados para lidar com a nova situação de ruptura e na reconstrução dos projetos futuros após a experiência da violência, para passar a dimensionar a própria reconstrução da vida familiar. (PAULA, 2011, p. 66)

A mãe passa a lidar com mudanças internas e a visão que tem enquanto seu papel de mãe, já que o processo de adaptação à vida cotidiana é mediado pela família e os que o cercam, que são os principais responsáveis pela proteção e socialização. Buscando auxílio na rede de proteção para ajudar a vítima explicando a respeito da violência, mas também com expectativa que ocorra a punição do agressor, o que reforçaria seu papel de proteção para a vítima. (PAULA, 2011).

Trataremos na categoria a seguir a respeito da importância do atendimento psicológico.

4.2.3 Atendimento psicológico no CREAS

Sobre a importância do atendimento psicológico no CREAS Aconchego o autor Plummer (2006 apud SANTOS; DELL’AGLIO, 2010) afirma que mães que recebem apoio podem fornecer uma maior proteção às vítimas.

De acordo com os resultados da entrevista realizada com as mães desta pesquisa sobre a importância do atendimento psicológico no CREAS Aconchego frente à violência que sua filha sofreu, M1 relatou:

Foi muito importante, pois neste momento a gente fica sem saber o que fazer e o que dizer, e o psicólogo ajuda no entendimento do fato, podendo aconselhar melhor que qualquer pessoa tanto a criança quanto a gente, sabendo também acolher a criança para ajudá-la, diferente muitas vezes dos pais, nesse momento, que estão com a cabeça cheia de coisas para abstrair (sic).

Para Cogo et al. (2011), o psicólogo deve acolher a criança e oferecê-la um ambiente seguro, para que ela perceba a atenção e a credibilidade deste profissional, podendo assim, sentir-se à vontade durante o relato de seu caso. Quando bem acolhida, a criança poderá deixar transparecer seus reais sentimentos e detalhes vividos em sua experiência.

Neste contexto, o papel do psicólogo se faz fundamental, pois, além de ser delicado, exige que o mesmo estabeleça uma relação de confiança e respeito com quem for entrevistar, sendo desenvolvido de acordo com as necessidades de cada criança, pois não é possível generalizar os efeitos do abuso sexual para todas as crianças, uma vez que a gravidade e a quantidade das consequências variam de caso a caso de acordo com a experiência vivida pela vítima. (MARQUES; TELLES; FEIJÃO, 2013).

De acordo com a entrevistada, M1

O momento do atendimento psicológico torna-se fundamental para a família que passou por uma situação de violência, pois auxilia no enfrentamento dessa situação e ajuda a amenizar as marcas que ficam (sic).

O modo como o psicólogo interage com a vítima e sua família será muito importante para o processo de superação do problema enfrentado, no caso deste estudo a violência sexual, auxiliando no enfrentamento positivo das consequências negativas da violência e evitando transtornos emocionais mais graves no futuro.

O trabalho do psicólogo auxilia na redução das sequelas da violência sofrida. O trabalho diferenciado do psicólogo contribui para amenizar o sofrimento da vítima e evitar novos episódios de abuso, protegendo a vítima, assegurando os seus direitos enquanto criança. (MARQUES; TELLES; FEIJÃO, 2013).

Apresentamos as considerações finais na próxima seção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que os objetivos desta pesquisa foram atingidos, como mostram os resultados obtidos, analisados e discutidos. Concluiu-se que a família tem um papel de extrema relevância na vida da criança que sofreu a violência sexual, sendo um elemento fundamental na superação de traumas a partir do fortalecimento de vínculo familiar.

Possibilitou também conhecimento sobre como é difícil para a maioria das famílias falarem sobre o fato da violência sofrida por um dos seus membros, no caso deste estudo uma criança, sendo que somente uma das mães frequentadoras do grupo do CREAS Aconchego concordou em participar desta pesquisa, o que corrobora com a questão do pacto de silêncio pelas vítimas de violência sexual, ou seja, tanto as vítimas como as suas famílias pactuam com o silêncio. Este silêncio dificulta as ações frente a violência sexual e a sua prevenção.

A violência sexual é uma problemática de responsabilidade pública, social e familiar muito presente na sociedade contemporânea. Existem leis que visam garantir a proteção dos direitos das crianças e adolescentes, porém, é de suma importância que haja mais práticas preventivas, como também, intensificação no trabalho com as próprias vítimas, abrangendo os serviços de acolhimento e escuta terapêutica.

O enfoque nas equipes multidisciplinares vem a ser uma estratégia viável nesse acolhimento, onde se faz necessário a presença do psicólogo no processo de auxílio às vítimas de violência, visto que este profissional poderá desenvolver um vínculo de confiança com as crianças e adolescentes, proporcionando um atendimento mais acolhedor, possibilitando a redução do sofrimento psíquico das vítimas e de suas famílias.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, B. G. M. **A violência na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

AZEVEDO, R. C. **Negligência Familiar E Relações De Gênero**: reflexões sobre o trabalho dos(as) conselheiros(as) tutelares de Fortaleza. Universidade Federal do Maranhão. São Luis, 2005.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 13 jul. 2016.

_____. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA)**. Parâmetros de Funcionamento dos Conselhos Tutelares. Brasília, 2001.

_____. Secretaria De Direitos Humanos; Secretaria Nacional De Promoção Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente; Conselho Nacional Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente. **Construindo a Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes 2011 – 2020**. 2010.

CASARIN, N. E. F. **Família e aprendizagem escolar**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, da Faculdade de Física da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

CLAVES - Centro Latino Americano de Estudos sobre Violência e Saúde. **Protocolo de investigação sobre maus tratos na infância e adolescência**. Rio de Janeiro: ENSP-FIOCRUZ/OPAS, 1992.

COGO, K.S.; MAHL, A.C.; OLIVEIRA, L.A.; HOCH, V.A. **Consequências psicológicas do abuso sexual infantil**. Unoesc & Ciência - ACHS, Joaçaba, v.2, n.2, p. 130-139, jul./dez. 2011.

COSTA, M. C. O. et al. **O perfil da violência contra crianças e adolescentes, segundo registros de Conselhos Tutelares**: vítimas, agressores e manifestações de violência. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v12n5/04.pdf>>. Acesso em 24 maio 2016.

DEL PRETTE, A., & DEL PRETTE, Z. A. P. **Psicologia das relações interpessoais**: vivência para o trabalho em grupo. Petrópolis: Vozes, 2001.

DESSEN, M. A. **A Família e a escola como contextos de desenvolvimento humano**. *Paidéia*, 17(36), 21-32, 2007.

DESSEN, M. A.; BRAZ, M. P. As relações maritais e sua influência nas relações parentais: implicações para o desenvolvimento da criança. In M. A. DESSEN & A. L. COSTA JUNIOR (Orgs.), **A ciência do desenvolvimento humano**: Tendências atuais e perspectivas futuras (pp. 132-151). Porto Alegre: Artmed Editora S.A., 2005.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FERREIRA, A. L. **Acompanhamento de crianças vítimas de violência: desafios para o pediatra**. J. Pediatria. (Rio J.) vol.81 no.5 suppl.0 Porto Alegre Nov. 2005.

FIGUEIREDO, K; BOCHI, S. B. B. **O Trabalho Infantil Doméstico nas Cidades de Belém, Belo Horizonte e Recife: um diagnóstico rápido**. Organização Internacional do Trabalho, Brasília, 2003. 55-69.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GONÇALVES, C.R. **Direito Civil Brasileiro, volume IV: direito de família- 5ª Ed.**, ver. E atual. –São Paulo: Saraiva, 2008.

INOUE, S. R. V.; RISTUM, M. **Violência sexual: caracterização e análise de casos revelados na escola**. Estud. psicol. (Campinas) vol.25 no.1 Campinas Jan./Mar. 2008.

LAVORATTI, C. **Tecendo a rede de proteção: desafios do enfrentamento intersectorial à violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes no município de Curitiba/PR**. 2013, 318 f. Tese (Doutorado em Sociologia)- Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013.

MACHADO, M. **Compreender a terapia familiar**. O portal dos Psicólogos. 2012. Disponível em: http://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo.php?codigo=A0626

MANZINI, E. J. **Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros**. In: Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos. 2. Bauru, 2004.

MARQUES, G. M. V.; TELLES, M. S. B.; FEIJÃO, G. M. M. **Psicologia e Abuso Sexual Infantil: uma delicada e essencial intervenção**. ANAIS do I Encontro de Iniciação à Docência da Faculdade Luciano Feijão. Sobral-CE, novembro de 2013.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 19.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

Ministério Público do Estado do Paraná. **CREAS – Institucional**. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/suas/creas/creas_institucional.pdf. Acesso em: 11 maio. 2005.

PAULA, E. S. **O abuso sexual na família: um estudo sobre o enfrentamento a partir de intervenção institucional**. 2011, 116 f. Tese (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal Da Bahia – UFBA. Salvador, 2011.

Perguntas e respostas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome- Brasília, DF- 2011.

PASSERINI, J. **A influência da família no desenvolvimento emocional de crianças sob situação de risco:** um olhar da terapia ocupacional. Webartigos, Goiás/GO, 2009.

Plano decenal dos direitos da criança e do adolescente do estado do Paraná: 2014-2023 / Comitê Interinstitucional para Elaboração, Implementação e Acompanhamento do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente. (Org.); Secretaria da Família e Desenvolvimento Social (Equipe técnica). Curitiba: SECS, 2013.

PRATTA, E.M.M; SANTOS, M.A. **Família e adolescência:** a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros *Psicol. Estud.* v.12 n.2 Maringá maio/ago. 2007.

RABECINI, S. G. M. **O papel da afetividade na aprendizagem infantil.** São Paulo: Portal dos Psicólogos, 2015.

SACRAMENTO, L. T; REZENDE, M.M. **Violências:** lembrando alguns conceitos. *Aletheia* n.24 Canoas dez. 2006.

SANDERSON, C. **Abuso Sexual em Crianças:** fortalecendo pais e professores para proteger crianças contra abusos sexuais e pedofilia. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda. 2005.

SANTOS, B. R. dos. **Guia escolar:** identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Seropédica, RJ: EDUR, 2011.

SANTOS, S. S.; DELL'AGLIO, D. D. Quando o Silêncio é Rompido: O Processo De Revelação E Notificação De Abuso Sexual Infantil. **Psicologia & Sociedade;** 22 (2): 328-335, 2010.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. **SGD Sistema de Garantia de Direitos.** 2010. Disponível em: <http://www.stds.ce.gov.br/index.php/publicacoes/category/25-sistema-de-informacao-para-a-infancia-e-adolescencia-sipia?download=351%3Aapostila-modulo-4-sgd-sistema-de-garantias-de-direitos&start=20>. Acesso em: 05/10/16.

SENADO FEDERAL. **Comissão Parlamentar Mista De Inquérito.** Brasília, 2013.

SOUZA A. L. T. M.; FLORIO, A.; KAWAMOTO, E. E. **O neonato, a criança e o adolescente.** São Paulo: EPU, 2001.

WAGNER, A.; RIBEIRO, L.S.; ARTECHE, A.X.; BORNHOLDT, E.A. **Configuração familiar e o bem-estar psicológico dos adolescentes.** Psicologia: Reflexão e Crítica v.12 n.1 Porto Alegre, 1999.

YUNES, M. A. M.; SZYMANSKI, H. **O estudo de uma família “que supera as adversidades da pobreza”:** caso de resiliência familiar? Psicodebate 7. Psicología, Cultura y Sociedad. Fundación Universidad Federal de Río Grande do Sul, 2007.

APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA